



História da 7^a Conferência
Nacional de Saúde

UM NOVO CAMINHO PARA A SAÚDE

WALDYR MENDES ARCOVERDE

Ministro de Estado da Saúde

7^a CNS

Brasília, DF, 24 a 28 de março de 1980

O Brasil vive uma intensa fase de construção, afirmou recentemente Vossa Excelência (1), Presidente João Figueiredo. De construção no campo político, em sintonia com os anseios maiores da Nação brasileira. De construção no campo econômico, para criar e distribuir a riqueza de maneira mais eqüitativa. De construção no campo social, na busca de novos padrões de convivência mais solidária e justa, a fim de propiciar condições dignas de vida a cada cidadão.

E esse ideário expresso por Vossa Excelência representa um constante desafio porque encerra dificuldades e exige sacrifícios. Porém é um ideário que reflete a luta pelas condições necessárias a um autêntico desenvolvimento, aquele desenvolvimento que nasce da autodeterminação. De um desenvolvimento que, ao promover a satisfação das necessidades básicas da maioria, assegura também a humanização do homem ao favorecer o gozo de seus direitos de expressão, de criação e de decisão sobre seu próprio destino.

Estes, em suma, os fundamentos para concretização do propósito inabalável de Vossa Excelência, "de manter efetivas e estáveis as formas de participação democrática e construir a paz e a prosperidade".

Dentro dessa visão realista identifica-se o homem como objetivo fundamental, onde a saúde não é simplesmente uma condição desejável em si mesma, mas um requisito indispensável para o desenvolvimento econômico-social. E ao setor saúde, como parte do setor social, cabe o cumprimento de funções transcendentais, que contribuem para elevar o nível de vida e aumentar as oportunidades econômicas para toda a população.

Assim, vem ganhando aceitação nos últimos decênios o conceito intersetorial de saúde, inclusive admitindo-se que os gastos no setor constituem investimento de elevada rentabilidade social.

Esse enfoque, a nosso ver, influenciou marcadamente as modificações introduzidas nas formas de realizar a prestação de serviços de saúde, preconizando-se modelos de atendimento que respondam a uma realidade social, econômica, cultural e ecológica.

E essa nova conceituação deriva, sem dúvida, das observações recolhidas do desequilíbrio sempre existente entre necessidades e recursos, pois a capacidade para atender não aumenta com a mesma rapidez e surge o conflito entre as instituições que administram os serviços, os profissionais que os prestam e a comunidade que os recebe. Daí o difícil problema de proporcionar, efetivamente, a quantidade e qualidade da atenção médica que a população merece, necessita, solicita e exige.

Diante desse panorama inquietante, o conceito de atenção primária da saúde é a resposta mais promissora até hoje apresentada. Dela, o mérito maior creditamos a Vossa Excelência, Dr. Halfdan Mahler (2), ao empreender a renovação dos objetivos e da programação da Organização Mundial da Saúde, propondo o rompimento das posturas tradicionais, que se limitavam a conceber o setor saúde como espectador das ações que se desenvolviam nos demais campos, sofrendo, então, os reflexos do que de negativo ali ocorresse.

Na sua percepção, em sendo "a saúde, provavelmente, a aspiração social menos controvertida do ponto de vista político, pode ser utilizada como terreno neutro para promover o diálogo sobre questões de desenvolvimento" e "criar o clima político e os mecanismos necessários para um verdadeiro diálogo entre os dirigentes políticos e os interesses sociais".

E no clamor por uma revolução social na saúde pública, advoga Vossa Excelência que "temos que romper as cadeias que nos fazem depender de uma tecnologia de saúde de utilidade social discutível e excessivamente complexa e custosa, desenvolvendo outro tipo de tecnologia mais adequada, que esteja tecnicamente bem fundamentada, resulte aceitável culturalmente e seja factível do ponto de vista financeiro".

No entanto, a decisão quanto à introdução de métodos que correspondam a esses objetivos e a um preço que a sociedade possa pagar, mesmo que estejam consagrados esses métodos e meios, nem sempre é fácil.

Requer coragem e determinação, em especial quando procuramos soluções mais econômicas para distribuir uniformemente os escassos recursos.

Requer inovação e não imitação, uma vez que inovar não é só criar, é igualmente adaptar para fazer o melhor uso possível dos recursos existentes.

Requer a conscientização do pessoal em torno de uma unidade de doutrina e de ação, incorporando uma atitude mental que não se pode impor por decreto, pois dependerá da formação, da definição de funções, do interesse e da satisfação no trabalho e da comunicação entre os diferentes níveis.

Requer a adoção de uma nova abordagem tecnológica, eminentemente humana e realista, que não seja a mera transposição cultural de conhecimentos e técnicas que pertencem a outras realidades.

Requer participação e não imposição, para que os membros da comunidade cooperem consciente, crítica e continuamente para logro dos objetivos comuns.

Requer a eliminação, por superadas, das barreiras entre ações preventivas e curativas da saúde, entre o individual e o coletivo, visualizando a atenção primária como "o mundo da enfermidade que começa e também da que ainda não começou".

Requer a concessão oportuna e suficiente de recursos financeiros, na certeza de que a inversão em saúde é lucrativa, mas nenhuma inversão pode ser feita se não se conta com dinheiro para inverter.

Requer o comprometimento político, defendido por Mahler (3), "de reorientar o desenvolvimento, de aumentar os recursos destinados à maioria mal atendida, de racionalizar o sistema de saúde para, em vez de despender numa tecnologia de mais alto custo, dedicar maiores recursos à assistência básica para todos".

Requer, finalmente, o desencadeamento de um processo de mudança, nas instituições e em particular nos indivíduos, para que estes assumam o papel de indutores e propulsores de tais mudanças, a fim de que se concretizem no sentido de melhor bem-estar das comunidades, em suma, das aspirações do seu próprio desenvolvimento.

Para tanto, é preciso que nos habituemos a falar uma linguagem comum, a recorrer à realidade dos fatos e na vivência dos problemas encontrar soluções satisfatórias.

No Governo João Figueiredo, as respostas adequadas para esses desafios se consubstanciam nas diretrizes setoriais estabelecidas. Em relação ao Sistema Nacional de Saúde, a tarefa a que nos propomos, em estreito e perfeito entendimento com os demais setores integrantes, é regulamentá-lo com vistas a uma melhor utilização e maior produtividade dos recursos, e a um contínuo aperfeiçoamento e uniformidade dos procedimentos administrativos e técnicos, promovidos dentro de um conjunto institucional em que cada organismo mantém sua autonomia, porém aceita, ao mesmo tempo, submeter-se a certas normas e regras comuns em benefício da comunidade a que deseja servir. Estas são as recomendações dos especialistas, esboçando uma integração funcional, embora não necessariamente administrativa, onde cada um dos ministérios e órgãos estaduais e municipais conserva sua individualidade institucional, mas aceitando o planejamento, a execução e a avaliação coordenada dos programas, com a característica de inter-relação operativa entre todos os estabelecimentos, dos mais simples aos mais complexos, e mutuamente se apoiando e completando.

Entendemos imprescindível uma articulação crescente com as demais instituições e agentes do setor social e da sociedade como um todo. Vale destacar o diálogo franco, construtivo e permanente que vem sendo mantido com o Ministério da Previdência e Assistência Social, ratificando posições reiteradamente afirmadas pelo Senhor Ministro Jair Soares.

Acreditamos que a estratégia objeto de discussão nesta Conferência reflete o enfoque social, humano e pragmático que se deseja, e de expressão real das relações intersetoriais de saúde, porque:

- é politicamente aceitável, ao propor um sistema hierarquizado de serviços para atendimento de toda a população e prioritariamente das classes mais pobres, com a participação efetiva e consciente das comunidades, diretamente ou através de suas lideranças legítimas, e ensejando a vinculação dos programas do setor saúde com os de outros setores;
- é economicamente viável, ao aplicar procedimentos em estreita relação com os recursos existentes, oportunizando a solução da maioria das situações no primeiro elo da cadeia de referência e canalizando apropriadamente as demais;
- é tecnicamente exeqüível, ao utilizar uma tecnologia moderna sem aderir ao convencionalismo de restringir aos profissionais a responsabilidade de ministrar as formas mais simples de atendimento de saúde;

- é socialmente desejável ao estender os benefícios à maioria, respeitando a cultura e a tradição.

Os marcos referenciais da programação consagram o Programa Nacional de Serviços Básicos de Saúde, de caráter interministerial, como programa axial e nuclear das ações de saúde do governo e sua implementação formalizará o início da implantação do Sistema Nacional de Saúde. Estamos, sem sombra de dúvida, vivenciando uma etapa histórica da saúde pública brasileira. Aqui, nesta Conferência, entregamos para apreciação e debate a programação delineada, sem a pretensão de ter esgotado o conhecimento disponível a respeito. Outrossim, porque há sempre uma margem relativamente significativa de expectativas não satisfeitas. É nossa intenção explorá-las e aproveitar o aporte que resultará de análise e discussão da documentação oferecida.

Nem desejamos repetir os problemas que afligem a população brasileira no mosaico de situações sócio-econômicas que configura o quadro nosológico. São do vosso conhecimento, do mesmo modo que as desigualdades regionais e as desigualdades de renda dentro da população. O que importa é descobrir um novo caminho para o nosso labor no campo de saúde, inserido no balizamento do nosso processo de desenvolvimento, empregando soluções práticas e que não retratem, como aconselha Héctor Acuña (4), "situações velhas com adornos ou roupagens novas, dependência absoluta dentro de melhores níveis de vida".

Senhores participantes: é tempo de construir.

Sabemos que a tarefa não será fácil. Por isso confiamos ao vosso descortino e à vossa experiência os lineamentos dessa nova sistemática de trabalho de responsabilidade conjunta, com uniformidade de orientação e convergência de esforços. Daí a razão desta Conferência, que sem a vossa presença não se justificaria.

Sinceramente agradecidos pela acolhida à convocação do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, esperamos uma efetiva, franca, serena e objetiva contribuição de todos para a edificação, como somatório às grandes construções do Governo João Figueiredo, de uma nova política de saúde capaz de sensibilizar os governantes à exortação do famoso Disraeli, de que "a saúde de um povo constitui, realmente, a base de sua felicidade e de seu poder como Estado".

REFERÊNCIAS

1.FIGUEIREDO, João Baptista de Oliveira Discurso pronunciado no banquete oferecido ao Presidente da Venezuela, Dr. Luis Herrera Campins. Caracas, 7 de novembro de 1979.

2.NECESIDAD de una revolución social en la salud de la comunidad. *Crônica de la OMS* 31 (7) 283-289, jul 1977.

3.MAHLER. H. La salud y el desarrollo socioeconómico. *Crónica de la OMS* 33 (9) 359-361, sept. 1979.

4.ACUÑA, Héctor R. Nota editorial Educación *Médica y Salud* 10 (2) :103-108, 1976.